

MATHEUS KUHN GONÇALVES  
JAIME LEÔNIDAS MIRANDA ALVES

*Prefácios*

Alexandre Salim

Lara Teles

## MANUAL DE DIREITO PENAL PARTE GERAL

Matheus Kuhn Gonçalves  
Jaime Leônidas Miranda Alves

# Manual de DIREITO PENAL

Parte Geral

Prefácios  
Alexandre Salim  
Lara Teles

FORUM

O *Manual de Direito Penal – Parte Geral* trata de uma contradição em termos - aquilo que em Direito Penal chamamos de conflito aparente de normas! Isso porque, ao tempo em que traz o aprofundamento teórico de todos os temas que permeiam o estudo da Parte Geral do Direito Penal, também se optou pela utilização de uma linguagem simples, didática e objetiva.

O leitor perceberá uma escrita corrida, com uma abordagem verticalizada suficiente para os diversos objetivos, satisfazendo as diversas finalidades, como estudo para graduação, pós-graduação e, também, a preparação para concursos públicos.

A obra aborda todos os temas inerentes à Parte Geral do Direito Penal, como o estudo da lei penal no tempo e no espaço, a teoria do crime, com todas as discussões pertinentes ao ponto, e a teoria da pena.

Um dos principais diferenciais do *Manual de Direito Penal – Parte Geral* diz respeito a sua origem: Matheus é Promotor de Justiça e Jaime é Defensor Público. Esse fator possibilita que sejam agregados os diferentes pontos de vista dos *players* do sistema de justiça, o que contribui para o desenvolvimento de uma doutrina completa e suficiente.

Para além disso, em todo o livro, os autores trazem jurisprudências atualizadas dos Tribunais Superiores, comentando as principais decisões do STF e do STJ relacionadas ao estudo da Parte Geral do Direito Penal.

**Área específica**

DIREITO PENAL

**Áreas afins**

PROCESSO PENAL, EXECUÇÃO PENAL

FORMATO: 17 x 24 cm  
CÓDIGO: 10003466

X3m	Gonçalves, Matheus Kuhn
	Manual de Direito Penal: parte geral / Matheus Kuhn Gonçalves, Jaime Leônidas Miranda Alves. - Belo Horizonte: Fórum, 2023.
	745p.; 17x24cm
	ISBN: 978-65-5518-477-8
	1. Direito Penal. 2. Processo Penal. 3. Execução Penal. I. Alves, Jaime Leônidas Miranda. II. Título.
2022-2836	CDD 345 CDU 343

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GONÇALVES, Matheus Kuhn; ALVES, Jaime Leônidas Miranda. *Manual de Direito Penal: parte geral*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 745p. ISBN 978-65-5518-477-8.

### **MATHEUS KUHN GONÇALVES**

Promotor de Justiça. Ex-Defensor Público. Pós-graduado em Penal, Processo Penal e Combate à Corrupção. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor Universitário, de Pós-graduação e cursos preparatórios para Concurso Público (carreira jurídicas CERS) e OAB. Autor de Obras Jurídicas.

### **JAIME LEÔNIDAS MIRANDA ALVES**

Defensor Público no Estado de Rondônia. Ex-Defensor Público no Estado do Amapá. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor nos cursos Ouse Saber, FESDEP CP Iuris. Especialista em Direito Público e em Direito Constitucional. Autor de obras jurídicas. Vice-Presidente da Associação das Defensoras Públicas e dos Defensores Públicos do Estado de Rondônia.

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
SUMÁRIO 7	
PREFÁCIO	
<b>Alexandre Salim</b> .....	35
PREFÁCIO	
<b>Lara Teles</b> .....	37
APRESENTAÇÃO	
<b>Matheus Kuhn Gonçalves</b> .....	39
CAPÍTULO 1.....	41
NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	41
1.1 Conceito de Direito Penal .....	41
1.2 Propostas doutrinárias .....	41
1.2.1 Direito Penal objetivo e subjetivo .....	41
1.2.2 Direito penal do autor, direito penal do fato e direito penal do fato que considera o autor .....	41
1.2.3 Direito Penal de velocidades .....	42
1.2.4 Direito Penal de emergência, simbólico e promocional .....	43
1.2.5 <i>Ius puniendi</i> positivo e <i>ius puniendi</i> negativo .....	44
1.2.6 Direito Penal de culpabilidade e Direito Penal de periculosidade .....	44
1.2.7 Direito Penal subterrâneo e o Direito Penal paralelo.....	44
1.2.8 Direito Penal quântico .....	44
1.2.9 Direito Penal substantivo (material) e Direito Penal adjetivo (formal).....	45
1.2.10 Direito Penal comum e Direito Penal especial .....	45
1.3 Finalidade do Direito Penal .....	45
1.4 Terminologia.....	45
1.5 Estrutura do Código Penal.....	46
1.6 Garantismo penal.....	46
1.6.1 Garantismo integral e garantismo penal hiperbólico monocular .....	47
1.7 Ciências criminais .....	47
1.8 Modelos de política criminal .....	48
1.8.1 Abolicionismo penal.....	48
1.8.2 Minimalismo penal .....	48
1.8.3 Direito Penal máximo .....	48
1.9 Evolução histórica do Direito Penal .....	48
1.9.1 Direito Penal e a ideia de vingança.....	49
1.9.2 Escolas penais .....	49
1.9.2.1 Escola Clássica .....	49
1.9.2.2 Escola positiva .....	50
1.9.2.2.1 Fase antropológica .....	51
1.9.2.2.2 Fase sociológica .....	51
1.9.2.2.3 Fase jurídica .....	52
1.9.3 Outras escolas .....	52
1.9.3.1 Terceira Escola .....	52
1.9.3.2 Escola sociológica alemã .....	53
1.9.3.3 Escola técnico-jurídica.....	53
1.9.3.4 Escola correccionalista.....	53
1.9.3.5 Escola da nova defesa social.....	54
CAPÍTULO 2	
FONTES DO DIREITO PENAL .....	55
2.1 Fonte material, substancial ou de produção .....	55

2.2	Fonte formal, de conhecimento ou de cognição .....	55
2.2.1	Fonte formal imediata .....	55
2.2.1.1	Lei .....	56
2.2.1.2	Constituição Federal .....	56
2.2.1.3	Tratados e convenções internacionais de direitos humanos.....	57
2.2.1.4	Jurisprudência .....	58
2.2.1.5	Princípios gerais do Direito .....	59
2.2.1.6	Atos administrativos.....	60
2.2.2	Fonte formal mediata ou secundária .....	60
2.2.2.1	Costume.....	60
2.2.2.2	Espécies de costumes .....	60
2.2.2.2.1	Costume <i>secundum legem</i> ou interpretativo .....	60
2.2.2.2.2	Costume <i>contra legem</i> ou negativo .....	61
2.2.2.2.3	Costume <i>praeter legem</i> ou integrativo .....	62
2.2.2.3	Doutrina.....	62
2.3	Referendo e plebiscito como fontes do Direito Penal .....	63

### CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL .....	65	
3.1	Conceito e Aplicação.....	65
3.2	Princípios em espécie.....	66
3.2.1	Princípio da legalidade.....	66
3.2.1.1	Não há crime (nem contravenção) nem pena sem lei (ou medida de segurança) ..	67
3.2.1.2	Não há crime (nem contravenção) nem pena (ou medida de segurança) sem lei anterior .....	68
3.2.1.3	Não há crime (nem contravenção) nem pena (ou medida de segurança) sem lei escrita.....	69
3.2.1.4	Não há crime (ou contravenção penal) nem pena (ou medida de segurança) sem lei estrita .....	69
3.2.1.5	Não há crime (ou contravenção penal) nem pena (ou medida de segurança) sem lei certa.....	71
3.2.1.6	Não há crime (ou contravenção penal) nem pena (ou medida de segurança) sem lei necessária .....	73
3.2.1.7	Princípio da legalidade e medida de segurança .....	73
3.2.2	Princípio da fragmentariedade .....	74
3.2.3	Princípio da subsidiariedade ( <i>ultima ratio</i> ).....	74
3.2.4	Princípio da ofensividade ou lesividade .....	75
3.2.4.1	Crimes de perigo abstrato: discussão sobre a constitucionalidade e ofensa ao princípio da lesividade.....	77
3.2.5	Princípio da culpabilidade (três vertentes).....	78
3.2.6	Princípio da materialização do fato.....	79
3.2.7	Princípio da pessoalidade ou da intranscendência da pena .....	80
3.2.8	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	81
3.2.9	Princípio da adequação social .....	83
3.2.10	Princípio da insignificância ou da bagatela.....	84
3.2.10.1	Princípio da insignificância ou bagatela próprio.....	84
3.2.10.2	Condições pessoais do ofendido.....	89
3.2.10.3	Valoração do princípio da insignificância pela autoridade policial .....	89
3.2.10.4	Aplicação do princípio da insignificância na jurisprudência dos tribunais superiores .....	91
3.2.11	Princípio da insignificância ou bagatela impróprio.....	100

### CAPÍTULO 4

LEI PENAL E SUA APLICAÇÃO (NO TEMPO, ESPAÇO E QUANTO ÀS PESSOAS).....	103	
4.1	Lei penal e norma penal.....	103
4.2	Características das leis penais .....	104
4.3	Classificação da lei penal .....	104
4.3.1	Leis penais incriminadoras .....	104
4.3.2	Leis penais não incriminadoras .....	104
4.3.3	Leis penais completas ou perfeitas .....	105
4.3.4	Leis penais incompletas ou imperfeitas .....	105
4.4	Lei penal em branco.....	105
4.4.1	Lei penal em branco em sentido estrito, heterogênea ou propriamente dita.....	105

4.4.2	Lei penal em branco em sentido amplo, homogênea ou imprópria.....	106
4.4.3	Lei penal em branco às avessas, ao revés ou invertida.....	107
4.4.4	Lei penal em branco de fundo constitucional.....	107
4.4.5	Lei penal em branco ao quadrado .....	107
4.5	Interpretação das leis penais .....	107
4.5.1	Quanto ao sujeito que realiza a interpretação (ou quanto à origem) .....	108
4.5.2	Quanto ao modo, meios ou técnicas empregados.....	109
4.5.3	Quanto aos resultados .....	110
4.5.4	Interpretação analógica .....	111
4.5.5	Interpretação compreensiva .....	112
4.6	Analogia .....	113
4.7	Eficácia da lei penal no tempo.....	115
4.7.1	Introdução .....	115
4.7.2	Tempo do crime .....	117
4.7.2.1	Teoria da atividade.....	117
4.7.2.2	Teoria do resultado .....	118
4.7.2.3	Teoria da ubiquidade.....	118
4.7.2.4	Questões especiais sobre o tempo do crime.....	118
4.7.3	Sucessão de leis penais no tempo .....	118
4.7.3.1	<i>Novatio legis</i> incriminadora .....	119
4.7.3.2	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> ou <i>novatio legis in pejus</i> .....	119
4.7.3.3	<i>Abolitio criminis</i> .....	120
4.7.3.3.1	<i>Abolitio criminis</i> temporária.....	121
4.7.3.4	Nova lei mais benéfica, <i>lex mitior</i> ou <i>novatio legis in melius</i> .....	122
4.7.3.4.1	Lei penal mais benéfica ainda na <i>vacatio legis</i> pode ser aplicada retroativamente para beneficiar o réu? .....	123
4.7.3.4.2	Lei publicada erroneamente .....	124
4.7.3.4.3	Autoridade competente para aplicação da lei penal mais benéfica.....	125
4.7.3.4.4	Extra-atividade da lei penal .....	125
4.7.3.4.5	Retroatividade da jurisprudência .....	128
4.7.3.5	Combinação de leis ou <i>lex tertia</i> .....	131
4.8	Leis penais de vigência temporária (lei penal excepcional e lei penal temporária).132	
4.8.1	Retroatividade do complemento da lei penal em branco .....	134
4.9	Eficácia da lei penal no espaço .....	137
4.9.1	Territorialidade.....	137
4.9.2	Princípios aplicáveis .....	137
4.9.3	Conceito de território nacional.....	138
4.9.3.1	Passagem inocente (Lei nº 8.617/93) .....	139
4.9.4	Lugar do crime .....	140
4.9.4.1	Exceções à Teoria da Ubiquidade .....	140
4.9.5	Extraterritorialidade .....	142
4.9.5.1	Extraterritorialidade incondicionada .....	143
4.9.5.2	Extraterritorialidade condicionada.....	143
4.9.5.3	Extraterritorialidade hipercondicionada .....	144
4.9.5.4	Extraterritorialidade na Lei de Tortura .....	145
4.9.6	Competência para o julgamento de crime cometido por brasileiro no estrangeiro .....	146
4.9.7	Pena cumprida no estrangeiro .....	146
4.10	Lei penal em relação às pessoas.....	147
4.10.1	Imunidades diplomáticas.....	147
4.10.1.1	Cônsules ou agentes consulares.....	149
4.10.2	Imunidade parlamentar .....	149
4.10.2.1	Imunidade parlamentar absoluta .....	149
4.10.2.2	Natureza jurídica da imunidade parlamentar absoluta .....	151
4.10.3	Imunidade parlamentar formal ou relativa.....	152
4.10.3.1	Quanto ao foro por prerrogativa de função (art. 53, §1º, da CF).....	152
4.10.3.2	Quanto à prisão (art. 53, §2º, da CF).....	155
4.10.3.2.1	Medidas cautelares diversas da prisão .....	159
4.10.3.2.2	Prisão civil dos parlamentares .....	161
4.10.3.3	Quanto ao processo (art. 53, §§3º, 4º e 5º da CF).....	162
4.10.3.4	Quanto à condição de testemunha (art. 53, §6º, da CF).....	162
4.10.3.5	Imunidades parlamentares e o estado de sítio .....	163
4.10.3.6	Imunidades para os deputados estaduais.....	163
4.10.3.7	Imunidades para os vereadores .....	164

4.11	Disposições finais sobre a aplicação da lei penal.....	166
4.11.1	Eficácia da sentença estrangeira.....	166
4.11.2	Contagem do prazo.....	167
4.11.3	Frações não computáveis da pena .....	168
4.11.4	Legislação especial .....	169
4.11.5	Conflito aparente de normas .....	169
4.11.5.1	Conceito e pressupostos.....	169
4.11.5.2	Conflito aparente de normas e concurso formal .....	170
4.11.5.3	Crítérios para resolução do conflito aparente de normas .....	170
4.11.5.3.1	Especialidade .....	171
4.11.5.3.2	Subsidiariedade (ou tipo reserva).....	171
4.11.5.3.3	Consunção (ou absorção).....	172
4.11.5.3.4	Alternatividade.....	174

## CAPÍTULO 5

TEORIA GERAL DO CRIME.....		175
5.1	Introdução .....	175
5.2	Infração penal .....	175
5.3	Diferenças entre crime e contravenção penal.....	176
5.4	Infração penal <i>sui generis</i> e art. 28 da Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas).....	179
5.5	Conceito de crime.....	180
5.5.1	Conceito legal .....	181
5.5.2	Conceito material ou substancial .....	181
5.5.3	Conceito formal ou formal sintético.....	181
5.5.4	Conceito analítico ou dogmático .....	181
5.6	Elementos do crime.....	183
5.7	Sujeitos do crime .....	183
5.7.1	Sujeito ativo.....	183
5.7.2	Pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes .....	183
5.7.2.1	Teoria negativista (a Constituição Federal não prevê responsabilidade penal da pessoa jurídica).....	184
5.7.2.2	Teoria negativista (a pessoa jurídica não pode cometer crime).....	187
5.7.2.3	Teoria positivista (teoria da dupla imputação).....	192
5.7.2.4	Teoria positivista (responsabilidade autônoma da pessoa jurídica) .....	201
5.7.3	Responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito público .....	206
5.7.4	Sujeito passivo .....	206
5.8	Objeto do crime .....	207
5.9	Classificação doutrinária dos crimes.....	207
5.9.1	Crime material, formal e de mera conduta .....	207
5.9.2	Crime comum, próprio, de mão própria e bипróprio.....	208
5.9.3	Crimes de dano e crimes de perigo .....	208
5.9.4	Crime doloso, culposo e preterdoloso .....	209
5.9.5	Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios) e crimes de conduta mista.....	209
5.9.6	Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	209
5.9.7	Crime consumado e crime tentado.....	210
5.9.8	Crime instantâneo, permanente, instantâneo de efeito permanente e crime a prazo .....	210
5.9.9	Crimes simples e crimes complexos.....	211
5.9.10	Crime qualificado e crime privilegiado .....	211
5.9.11	Crime unissubsistente e crime plurissubsistente .....	212
5.9.12	Crime unissubjetivo e plurissubjetivo .....	212
5.9.13	Crime monoofensivo e pluriofensivo.....	212
5.9.14	Crime de subjetividade passiva única e crime de dupla subjetividade passiva ...	212
5.9.15	Crime a distância, crime plurilocal e crime de espaço mínimo.....	213
5.9.16	Crimes condicionados e incondicionados .....	213
5.9.17	Crimes naturais, de plástico e vazios .....	213
5.9.18	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	214
5.9.19	Crime habitual .....	214
5.9.20	Crime multitudinário .....	214
5.9.21	Crimes principais e crimes acessórios.....	214
5.9.22	Crimes de menor potencial ofensivo.....	214
5.10	Outras classificações .....	214
5.10.1	Crime exaurido.....	214

5.10.2	Crime gratuito .....	215
5.10.3	Crime profissional.....	215
5.10.4	Crime de ímpeto.....	215
5.10.5	Crime progressivo ou de passagem .....	215
5.10.6	Crimes de trânsito, crimes no trânsito e crimes em trânsito.....	215
5.10.7	Crime subsidiário .....	216
5.10.8	Crime de atentado ou de empreendimento .....	216
5.10.9	Crime de ação única e crime de ação múltipla .....	216
5.10.10	Crime de opinião ou de palavra .....	216
5.10.11	Crime vago .....	217
5.10.12	Crime internacional .....	217
5.10.13	Crimes funcionais.....	217
5.10.14	Crimes de mera suspeita, sem ação ou de mera posição .....	217
5.10.15	Crime falho.....	217
5.10.16	Quase-crime .....	217
5.10.17	Crime inominado .....	217
5.10.18	Crimes hediondos .....	218
5.10.19	Crime de expressão.....	218
5.10.20	Crime independente .....	218
5.10.21	Crime conexo .....	218
5.10.22	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente.....	218
5.10.23	Crime de tendência ou atitude pessoal.....	218
5.10.24	Crime de resultado cortado .....	219
5.10.25	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	219
5.10.26	Crime de acumulação.....	219
5.10.27	Crime de ação violenta.....	219
5.10.28	Crime de ação astuciosa .....	219
5.10.29	Crime obstáculo.....	219
5.10.30	Crime putativo.....	219
5.10.31	Crime de catálogo .....	219
5.10.32	Crime remetido.....	220
5.10.33	Crime parcelar .....	220
5.10.34	Crimes de responsabilidade .....	220
5.10.35	Crime de impressão .....	220
5.10.36	Crime de hermenêutica .....	220
5.10.37	Crime anão ou delito liliputiano.....	220
5.10.38	Crime de rua ou de colarinho azul.....	221
5.10.39	Crime de colarinho branco .....	221
5.10.40	Crimes falimentares.....	221
5.10.41	Crime de olvido.....	221
5.10.42	Crime de greve .....	221
5.10.43	Crime de <i>lockout</i> .....	221
5.10.44	Crime achado.....	221
5.10.45	Crime político .....	222
5.10.46	Crimes aberrantes .....	222
5.10.47	Crime organizado.....	222
5.10.48	Crime cibernético .....	222
5.10.49	Crimes militares .....	222
5.11	Substratos ou elementos do crime .....	225

## CAPÍTULO 6

FATO TÍPICO.....	227	
6.1	Conduta – Introdução .....	227
6.2	Teorias da conduta .....	228
6.2.1	Teoria causalista ou concepção clássica (positivista-naturalista de Von Liszt e Beling).....	228
6.2.2	Teoria neokantista ou causal-valorativa ou concepção neoclássica.....	230
6.2.3	Teoria finalista ou concepção finalista.....	232
6.2.4	Teoria social da ação .....	234
6.2.5	Teoria jurídico-penal da ação .....	236
6.2.6	Teorias funcionalistas .....	237
6.2.6.1	Teoria funcionalista moderada ou teleológica.....	237
6.2.6.2	Teoria funcionalista radical, normativista, sistêmica ou monista .....	240
6.2.7	Teoria significativa da ação.....	242

6.2.8	Teoria adotada .....	243
6.3	Elementos da conduta .....	243
6.4	Formas de conduta.....	244
6.5	Causas de exclusão de conduta.....	244
6.5.1	Coação física irresistível .....	244
6.5.2	Caso fortuito ou força maior.....	245
6.5.3	Estados de inconsciência .....	245
6.5.4	Atos reflexos.....	246
6.5.5	Veículos autônomos.....	246

## CAPÍTULO 7

CRIME DOLOSO.....	249	
7.1	Introdução e conceito.....	249
7.2	Elementos do dolo.....	249
7.3	Teorias do dolo .....	250
7.3.1	Teoria da vontade.....	250
7.3.2	Teoria da representação.....	250
7.3.3	Teoria do consentimento ou assentimento .....	250
7.3.4	Teoria da indiferença .....	250
7.4	Espécies de dolo .....	251
7.4.1	Dolo natural, neutro, incolor ou avalorado e dolo normativo, híbrido, colorido ou valorado.....	251
7.4.2	Dolo direto, determinado, intencional, imediato ou incondicionado .....	252
7.4.3	Dolo indireto ou indeterminado .....	252
7.4.3.1	Dolo alternativo.....	252
7.4.3.2	Dolo eventual.....	252
7.4.3.2.1	Dolo eventual e sua compatibilidade com crimes e institutos penais.....	253
7.4.3.2.1.1	Dolo eventual e homicídio qualificado pelo motivo fútil (art. 121, §2º, II, do Código Penal).....	253
7.4.3.2.1.2	Dolo eventual e homicídio qualificado por recurso que impossibilitou a defesa da vítima (art. 121, §2º, IV, do Código Penal) .....	254
7.4.3.2.1.3	Dolo eventual e homicídio qualificado com emprego de meio cruel (art. 121, §2º, III, do Código Penal) .....	254
7.4.3.2.1.4	Dolo eventual e tentativa (art. 14, II, do Código Penal).....	255
7.4.4	Dolo direto de 1º grau.....	255
7.4.5	Dolo direto de 2º grau ou dolo de consequências necessárias .....	255
7.4.6	Dolo direto de terceiro grau ou dolo de dupla consequência necessária .....	256
7.4.7	Dolo cumulativo.....	256
7.4.8	Dolo de dano ou de lesão.....	256
7.4.9	Dolo de perigo .....	256
7.4.10	Dolo genérico e dolo específico.....	257
7.4.11	Dolo de propósito e dolo de ímpeto (crime de curto-circuito).....	257
7.4.12	Dolo presumido ou <i>in re ipsa</i> .....	257
7.4.13	Dolo geral .....	257

## CAPÍTULO 8

CRIME CULPOSO.....	259	
8.1	Introdução e conceito.....	259
8.2	Elementos da culpa.....	260
8.2.1	Conduta humana voluntária .....	260
8.2.2	Violação do dever de cuidado objetivo.....	261
8.2.2.1	Modalidades de culpa e inicial acusatória.....	263
8.2.3	Resultado naturalístico involuntário.....	264
8.2.4	Previsibilidade objetiva .....	264
8.2.5	Nexo causal entre conduta e resultado .....	265
8.2.6	Tipicidade .....	265
8.3	Espécies de culpa.....	266
8.3.1	Culpa consciente, <i>ex lascivia</i> ou culpa com previsão .....	266
8.3.1.1	Culpa consciente, dolo eventual e homicídio na direção de veículo automotor .....	266
8.3.2	Culpa inconsciente, sem previsão ou <i>ex ignorantia</i> .....	270
8.3.3	Culpa própria ou culpa propriamente dita .....	270
8.3.4	Culpa imprópria ou por equiparação, assimilação ou extensão .....	271
8.3.5	Culpa <i>in re ipsa</i> .....	272
8.4	Compensação de culpa e culpa concorrente .....	272



8.5	Causas de exclusão de culpa .....	272
8.5.1	Culpa exclusiva da vítima.....	272
8.5.2	Caso fortuito e força maior .....	272
8.5.3	Erro profissional .....	273
8.5.4	Risco tolerado .....	273
8.5.5	Princípio da confiança .....	273

## CAPÍTULO 9

CRIME PRETERDOLOSO OU PRETERINTENCIONAL.....		275
9.1	Crimes qualificados pelo resultado .....	275
9.2	Tentativa em crime preterdoloso .....	277
9.3	Reincidência em crime preterdoloso .....	277

## CAPÍTULO 10

ERRO DE TIPO.....		279
10.1	Conceito .....	279
10.2	Espécies de erro de tipo.....	280
10.2.1	Erro de tipo essencial.....	280
10.2.1.1	Erro de tipo inevitável, escusável, invencível ou desculpável .....	280
10.2.1.2	Erro de tipo evitável, inescusável, vencível ou indesculpável .....	280
10.2.1.3	Critérios da (in)evitabilidade do erro.....	280
10.3	Descriminantes putativas.....	281
10.4	Erro de tipo acidental .....	283
10.4.1	Erro sobre o objeto ( <i>error in objeto</i> ).....	283
10.4.2	Erro sobre a pessoa .....	284
10.4.3	Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	284
10.4.4	Resultado diverso do pretendido ou <i>aberratio criminis</i> .....	285
10.4.5	Erro sobre o nexa causal.....	286
10.4.5.1	Erro sobre o nexa causal em sentido estrito.....	286
10.4.5.2	Dolo geral, <i>aberratio causae</i> ou erro sucessivo.....	286
10.5	Erro provocado por terceiro .....	288
10.6	Questões controvertidas.....	289
10.6.1	Erro de subsunção.....	289
10.6.2	Erro na execução e competência .....	290

## CAPÍTULO 11

RESULTADO.....		291
11.1	Classificação dos crimes quanto ao resultado.....	291

## CAPÍTULO 12

NEXO DE CAUSALIDADE .....		293
12.1	Teoria da equivalência dos antecedentes ( <i>conditio sine qua non</i> ).....	293
12.2	Concausas ou causa concorrente .....	295
12.2.1	Concausas absolutamente independentes.....	296
12.2.1.1	Concausa absolutamente independente preexistente à conduta do agente.....	296
12.2.1.2	Concausa absolutamente independente concomitante à conduta do agente .....	296
12.2.1.3	Concausa absolutamente independente superveniente à conduta do agente .....	297
12.2.1.4	Regra das concausas absolutamente independentes .....	297
12.2.2	Concausas relativamente independentes .....	297
12.2.2.1	Concausa relativamente independente preexistente à conduta do agente .....	297
12.2.2.2	Concausa concomitante relativamente independente à conduta do agente .....	298
12.2.2.3	Concausa superveniente relativamente independente à conduta do agente.....	298
12.2.2.3.1	Concausa superveniente que não produziu por si só o resultado.....	298
12.2.2.3.2	Concausa superveniente que por si só produziu o resultado .....	299
12.2.2.4	Regras das concausas relativamente independentes .....	300
12.3	Teoria da imputação objetiva.....	300
12.3.1	Introdução .....	300
12.3.2	Conceito .....	302
12.3.3	Pressuposto da imputação objetiva .....	302
12.3.3.1	Criação ou incremento de risco proibido .....	302
12.3.3.2	Risco realizado no resultado.....	305
12.3.3.3	Resultado dentro do alcance do tipo penal .....	305
12.3.4	Conclusões sobre a teoria da imputação objetiva.....	306

12.4	Relação de causalidade nos crimes omissivos .....	307
12.4.1	Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios .....	307
12.4.2	Relação de causalidade nos crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão).....	307
12.4.2.1	Relevância da omissão e sua natureza jurídica.....	308
12.4.2.2	Requisitos da omissão penalmente relevante .....	309
CAPÍTULO 13.....		313
TIPICIDADE PENAL .....		313
13.1	Conceitos clássico e moderno.....	313
13.2	Tipicidade conglobante .....	314
13.3	Adequação típica e suas espécies.....	316
13.3.1	Adequação típica direta ou imediata .....	316
13.3.2	Adequação típica indireta ou mediata .....	316
13.4	Tipo penal.....	317
13.4.1	Funções .....	317
13.4.1.1	Função garantidora.....	318
13.4.1.2	Função fundamentadora.....	318
13.4.1.3	Função selecionadora de condutas .....	318
13.4.2	Espécies.....	318
13.4.3	Elementos do tipo penal.....	318
13.4.4	Classificações do tipo penal.....	319
13.4.4.1	Tipo fundamental ou básico e tipo derivado .....	319
13.4.4.2	Tipo normal e tipo anormal .....	320
13.4.4.3	Tipo simples e tipo misto .....	320
13.4.4.4	Tipo fechado e tipo aberto .....	321
13.4.4.5	Tipo de autor e tipo de fato .....	321
13.4.4.6	Tipo congruente e tipo incongruente .....	321
CAPÍTULO 14		
FASES DA REALIZAÇÃO DO CRIME.....		323
14.1	<i>Iter criminis</i> .....	323
14.1.1	Cogitação .....	323
14.1.2	Preparação ou atos preparatórios ( <i>conatus remotus</i> ).....	324
14.1.3	Execução ou atos executórios.....	324
14.1.4	Consumação.....	327
14.1.5	Exaurimento (crime exaurido ou crime esgotado).....	328
CAPÍTULO 15		
TENTATIVA ( <i>CONATUS</i> ).....		329
15.1	Conceito e natureza jurídica .....	329
15.2	Elementos da tentativa .....	330
15.3	Teorias sobre a punibilidade da tentativa.....	330
15.4	Valoração da pena na tentativa .....	331
15.5	Espécies de tentativa.....	332
15.5.1	Tentativa perfeita, acabada ou estéril, crime falho ou crime frustrado.....	332
15.5.2	Tentativa imperfeita ou inacabada .....	332
15.5.3	Tentativa branca ou incruenta .....	332
15.5.4	Tentativa vermelha ou cruenta.....	332
15.5.5	Tentativa idônea .....	333
15.5.6	Tentativa inidônea ou crime impossível .....	333
15.6	Infrações penais que não admitem tentativa.....	333
15.6.1	Crimes culposos .....	333
15.6.2	Crime preterdoloso .....	334
15.6.3	Crimes unissubsistentes .....	335
15.6.4	Contravenções penais.....	335
15.6.5	Crimes de atentado ou de empreendimento.....	335
15.6.6	Crimes habituais.....	335
15.6.7	Crimes omissivos próprios .....	336
15.6.8	Crimes condicionados ao implemento de um resultado.....	336
15.7	Tentativa e crimes de ímpeto.....	336

CAPÍTULO 16		
DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ .....		339
16.1	Tentativa abandonada .....	339
16.2	Tentativa abandonada e crimes culposos .....	339
16.3	Natureza jurídica.....	340
16.4	Desistência voluntária .....	341
16.5	Arrependimento eficaz, arrependimento ativo ou resipiscência .....	343
16.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei nº 13.260/16 (Lei do Terrorismo) .....	344
CAPÍTULO 17		
ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....		345
17.1	Conceito e natureza jurídica .....	345
17.2	Requisitos .....	346
17.2.1	Crime sem violência ou grave ameaça à pessoa .....	346
17.2.2	Reparação do dano ou restituição da coisa .....	347
17.2.3	Ato voluntário.....	348
17.2.4	Até o recebimento da denúncia ou queixa .....	349
17.3	Critérios para diminuição (1/3 a 2/3).....	349
17.4	Concurso de pessoas e reparação do dano por um dos agentes.....	349
17.5	Negativa da vítima em aceitar a reparação dano ou restituição da coisa.....	350
17.6	Hipóteses especiais de reparação do dano .....	350
17.6.1	Reparação do dano no peculato culposo (art. 312, §§2º e 3º, do CP).....	351
17.6.2	Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal .....	351
17.6.3	Crimes contra a ordem tributária .....	351
17.6.4	Atenuante genérica do art. 65, III, <i>b</i> , do CP .....	351
CAPÍTULO 18		
CRIME IMPOSSÍVEL .....		353
18.1	Introdução e natureza jurídica .....	353
18.2	Teorias sobre o crime impossível .....	353
18.2.1	Teoria sintomática .....	353
18.2.2	Teoria subjetiva.....	354
18.2.3	Teoria objetiva.....	354
18.2.3.1	Teoria objetiva pura .....	354
18.2.3.2	Teoria objetiva temperada.....	354
18.3	Elementos .....	354
18.4	Formas de crime impossível .....	354
18.4.1	Crime impossível por ineficácia absoluta do meio de execução .....	354
18.4.2	Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto .....	355
18.4.3	Flagrante preparado .....	355
18.5	Critérios para aferição da idoneidade dos meios e do objeto.....	357
18.6	Delito putativo ou delito de alucinação .....	358
CAPÍTULO 19		
ILICITUDE.....		359
19.1	Conceito .....	359
19.2	Ilícitude formal e material.....	360
19.3	Ilícito e injusto.....	361
19.4	Relação entre a tipicidade e a ilicitude.....	362
19.4.1	Teoria da autonomia ou absoluta independência .....	362
19.4.2	Teoria da indiciabilidade ou <i>ratio cognoscendi</i> .....	363
19.4.3	Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> .....	364
19.4.4	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	364
19.5	Causas legais de exclusão da ilicitude .....	364
19.5.1	Estado de necessidade .....	364
19.5.1.1	Introdução .....	364
19.5.1.2	Conceito .....	365
19.5.1.3	Requisitos .....	365
19.5.1.3.1	Perigo atual .....	366
19.5.1.3.2	Ameaça a direito próprio ou alheio.....	366
19.5.1.3.3	Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito .....	367

19.5.1.3.4	Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo .....	368
19.5.1.3.5	Inevitabilidade da prática do comportamento lesivo (nem podia de outro modo evitar).....	369
19.5.1.3.6	Inexigibilidade do sacrifício do direito ameaçado (cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se) .....	369
19.5.1.3.7	Conhecimento da situação de fato justificante (elemento subjetivo) .....	370
19.5.1.4	Formas de estado de necessidade .....	371
19.5.1.4.1	Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	371
19.5.1.4.2	Quanto ao terceiro que sofre a ofensa .....	371
19.5.1.4.3	Quanto ao bem sacrificado .....	371
19.5.1.4.4	Quanto à titularidade do bem jurídico protegido .....	372
19.5.1.5	Situações especiais .....	372
19.5.1.5.1	Estado de necessidade recíproco .....	372
19.5.1.5.2	Estado de necessidade em crimes permanentes e habituais.....	372
19.5.1.5.3	Estado de necessidade e erro na execução .....	372
19.5.1.5.4	Comunicabilidade do estado de necessidade .....	373
19.5.2	Legítima defesa.....	373
19.5.2.1	Conceito .....	373
19.5.2.2	Requisitos .....	373
19.5.2.2.1	Agressão injusta .....	374
19.5.2.2.2	Agressão atual ou iminente .....	375
19.5.2.2.3	Defesa de direito próprio (legítima defesa própria) ou alheio (legítima defesa de terceiro).....	375
19.5.2.2.4	Uso moderado dos meios necessários.....	376
19.5.2.2.5	Conhecimento da situação de fato justificante (elemento subjetivo) .....	377
19.5.2.3	Legítima defesa para os agentes de segurança pública .....	377
19.5.2.4	Erro na execução e legítima defesa.....	378
19.5.2.5	Legítima defesa e demais excludentes de ilicitude .....	378
19.5.2.6	Classificações .....	378
19.5.3	Estrito cumprimento de um dever legal .....	380
19.5.3.1	Introdução e fundamento .....	380
19.5.3.2	Requisitos .....	381
19.5.3.2.1	Dever legal .....	381
19.5.3.2.2	O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei .....	381
19.5.3.2.3	Conhecimento da situação de fato justificante .....	381
19.5.3.3	Destinatários da excludente.....	382
19.5.3.4	Comunicabilidade do estrito cumprimento de um dever legal .....	382
19.5.3.5	Estrito cumprimento de um dever legal nos crimes culposos.....	382
19.5.3.6	Estrito cumprimento de um dever legal e tipicidade conglobante .....	382
19.5.4	Exercício regular de um direito.....	383
19.5.4.1	Conceito e fundamento .....	383
19.5.4.2	Requisitos .....	383
19.5.4.2.1	“Exercício regular” e “direito” .....	383
19.5.4.2.2	Conhecimento da situação de fato justificante .....	384
19.5.4.3	Exercício regular de um direito e tipicidade conglobante .....	384
19.5.4.4	Questões controvertidas.....	384
19.5.4.4.1	Intervenções médicas.....	384
19.5.4.4.2	Competições esportivas.....	385
19.5.4.4.3	Ofendículos ( <i>offendiculas</i> ou <i>offensaculas</i> ) .....	385
19.5.4.4.4	Diferença entre estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito .....	386
19.5.5	Excesso nas causas excludentes da ilicitude .....	386
19.5.5.1	Excesso doloso .....	387
19.5.5.2	Excesso culposo .....	387
19.5.5.3	Excesso extensivo .....	388
19.5.5.4	Excesso intensivo.....	388
19.5.5.5	Excesso acidental.....	388
19.5.5.6	Excesso exculpante.....	388
19.5.6	Causa supralegal de exclusão da ilicitude.....	389
19.5.6.1	Consentimento do ofendido .....	389
19.5.6.2	Requisitos .....	390
19.5.6.2.1	O consentimento não pode integrar o tipo penal .....	390
19.5.6.2.2	Ofendido capaz de consentir .....	390
19.5.6.2.3	Consentimento válido .....	391

19.5.6.2.4	Bem disponível .....	391
19.5.6.2.5	Bem próprio .....	391
19.5.6.2.6	Consentimento efetivado antes ou durante a execução .....	391
19.5.6.2.7	Consentimento deve ser expresso.....	392
19.5.6.2.8	Conhecimento da situação de fato justificante (requisito subjetivo) .....	392
19.5.6.3	Consentimento do ofendido em crimes culposos .....	392

## CAPÍTULO 20

CULPABILIDADE.....	393	
20.1	Conceito .....	393
20.2	Fundamento da culpabilidade (livre-arbítrio e determinismo) .....	394
20.3	Evolução história do conceito de culpabilidade .....	395
20.3.1	Teoria psicológica da culpabilidade .....	395
20.3.2	Teoria psicológica-normativa .....	396
20.3.3	Teoria normativa pura da culpabilidade .....	397
20.4	Culpabilidade formal e material.....	399
20.5	Culpabilidade do autor de culpabilidade do fato .....	399
20.6	Coculpabilidade .....	400
20.7	Coculpabilidade às avessas .....	401
20.8	Elementos da culpabilidade .....	402
20.9	Imputabilidade .....	402
20.9.1	Sistemas ou critérios de imputabilidade.....	403
20.9.2	Sistemas adotados .....	404
20.9.3	Hipóteses de inimputabilidade.....	404
20.9.3.1	Anomalia psíquica .....	404
20.9.3.2	Menoridade .....	407
20.9.3.3	Embriaguez completa acidental.....	408
20.9.3.4	Inimputabilidade na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas).....	410
20.9.4	Causas que não excluem a imputabilidade .....	412
20.9.4.1	Semi-imputabilidade (art. 26, parágrafo único, do CP).....	412
20.9.4.2	Semi-imputabilidade na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas) .....	414
20.9.4.3	Emoção e paixão.....	414
20.10	Potencial consciência da ilicitude .....	415
20.10.1	Desconhecimento da ilicitude do fato e desconhecimento da lei .....	416
20.10.2	Erro de proibição e suas formas.....	417
20.10.3	Espécies de erro de proibição .....	418
20.10.4	Erro de proibição e erro de tipo .....	419
20.11	Exigibilidade de conduta diversa .....	420
20.11.1	Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa da parte geral (causas dirimentes).....	420
20.11.1.1	Coação moral irresistível.....	420
20.11.1.1.1	Conceito e disposição legal.....	420
20.11.1.1.2	Fundamento .....	421
20.11.1.1.3	Requisitos .....	421
20.11.1.1.4	Consequências .....	422
20.11.1.1.5	Temor reverencial.....	422
20.11.1.2	Obediência hierárquica .....	422
20.11.1.2.1	Requisitos .....	423
20.11.1.2.2	Consequências .....	424
20.11.2	Causas supralegais de inexigibilidade de conduta diversa .....	424
20.11.2.1	Cláusula de consciência.....	425
20.11.2.2	Desobediência civil .....	425

## CAPÍTULO 21

CONCURSO DE PESSOAS .....	427	
21.1	Conceito e previsão legal .....	427
21.2	Classificação dos crimes quanto ao concurso de pessoas .....	427
21.3	Requisitos .....	428
21.3.1	Pluralidade de agentes .....	429
21.3.2	Relevância causal das condutas para a produção do resultado.....	430
21.3.3	Liame subjetivo entre os agentes (unidade de desígnios).....	431
21.3.3.1	Autoria colateral e autoria incerta .....	431
21.3.3.1.1	Autoria colateral .....	432
21.3.3.1.2	Autoria colateral complementar .....	433

21.3.3.1.3	Autoria incerta e autoria ignorada.....	433
21.3.4	Unidade de infração penal para todos os agentes.....	433
21.3.4.1	Teorias sobre o concurso de pessoas .....	434
21.3.5	Fato punível .....	435
21.4	Autoria .....	435
21.4.1	Teoria do domínio do fato.....	437
21.4.2	Espécies de autoria.....	440
21.4.2.1	Autoria individual.....	440
21.4.2.2	Autoria coletiva.....	440
21.4.2.3	Autoria imediata.....	440
21.4.2.4	Autoria mediata.....	441
21.4.2.4.1	Autoria mediata em crimes próprios.....	442
21.4.2.4.2	Autoria mediata em crimes de mão própria .....	442
21.4.2.5	Autoria sucessiva.....	442
21.4.2.6	Autoria de reserva .....	442
21.4.2.7	Autoria intelectual.....	443
21.5	Coautoria .....	443
21.5.1	Coautoria em crimes culposos .....	443
21.5.2	Coautoria em crimes omissivos .....	445
21.5.3	Coautoria em crimes de mão própria .....	445
21.6	Espécies de coautoria.....	446
21.6.1	Coautoria intelectual.....	446
21.6.2	Executor .....	446
21.6.3	Coautor funcional .....	446
21.6.4	Coautoria alternativa .....	446
21.6.5	Coautoria conjunta.....	446
21.6.6	Coautoria sucessiva .....	446
21.6.7	Coautoria multitudinária .....	447
21.6.8	Coautoria societária .....	447
21.7	Participação .....	448
21.7.1	Formas de participação .....	449
21.7.2	Participação omissiva .....	449
21.7.3	Teorias sobre a punibilidade da participação .....	450
21.7.4	Participação punível (desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor).....	452
21.7.5	Desistência do partícipe .....	452
21.7.6	Participação de menor importância.....	453
21.7.7	Participação em crime menos grave ou cooperação dolosamente distinta .....	454
21.8	Comunicabilidade de elementares e circunstâncias .....	454
21.8.1	Natureza das elementares e circunstâncias.....	455
21.8.2	Natureza jurídica das condições.....	455

## CAPÍTULO 22

TEORIA GERAL DA PENA.....	457	
22.1	Introdução e conceito.....	457
22.2	Histórico .....	458
22.3	Finalidade da pena.....	459
22.3.1	Teorias absolutas, retributivas ou repressivas .....	459
22.3.2	Teorias relativas, utilitárias, ou da prevenção.....	460
22.3.2.1	Prevenção geral (diretriz negativa e positiva).....	461
22.3.2.2	Prevenção especial (diretriz negativa e positiva) .....	462
22.3.3	Teoria unificadora .....	462
22.3.4	Teoria agnóstica ou negativa .....	463
22.4	Funções da pena .....	463
22.5	Princípios fundamentais da pena .....	464
22.5.1	Princípio da legalidade.....	464
22.5.2	Princípio da anterioridade.....	464
22.5.3	Princípio da aplicação da lei penal mais favorável.....	464
22.5.4	Princípio da individualização da pena .....	464
22.5.5	Princípio da personalidade, intransmissibilidade, intranscendência ou responsabilidade pessoal .....	466
22.5.6	Princípio da inderrogabilidade ou da inevitabilidade .....	466
22.5.7	Princípio da humanidade ou humanização das penas.....	466
22.5.8	Princípio da proporcionalidade .....	468
22.6	Abolicionismo penal.....	469

22.6.1	Abolicionismo fenomenológico (Louk Hulsman) .....	469
22.6.2	Abolicionismo fenomenológico-historicista (Thomas Mathiesen e Nils Christie) ...	470
22.7	Justiça restaurativa, justiça reparatória e justiça negociada.....	470
22.8	Teoria das janelas quebradas ( <i>broken windows theory</i> ).....	472
22.9	Teoria dos testículos quebrados ou despedaçados ( <i>breaking balls theory</i> ) .....	473
22.10	Espécies de penas permitidas.....	474

## CAPÍTULO 23

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....		475
23.1	Conceito .....	475
23.2	Espécies.....	475
23.3	Regimes de pena.....	475
23.4	Regras para fixação do regime .....	476
23.4.1	Possibilidade de detração penal na sentença .....	478
23.4.2	Regime inicial de cumprimento de pena para os crimes hediondos e equiparados.....	478
23.4.3	Regime inicial de cumprimento de pena para o crime de tortura (Lei nº 9.455/97)...	482
23.4.4	Regime inicial de cumprimento de pena para o tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06) .....	484
23.4.5	Regime inicial de cumprimento de pena para as organizações criminosas .....	486
23.4.6	Regime inicial de cumprimento de pena e colaboração premiada.....	488
23.4.7	Regime aberto domiciliar .....	489
23.4.7.1	Prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva .....	490
23.4.7.2	Prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão.....	493
23.4.8	Modificação pelo juízo da execução do regime de pena fixado equivocadamente na decisão condenatória.....	493
23.5	Regime Disciplinar Diferenciado.....	493
23.5.1	Características.....	493
23.5.2	Cabimento .....	501
23.5.3	Prorrogação sucessiva do RDD .....	504
23.5.4	Judicialização do RDD e legitimados (art. 54 da LEP).....	504
23.5.5	RDD e isolamento preventivo .....	505
23.5.6	Constitucionalidade do RDD .....	505
23.6	Sistemas prisionais ou penitenciários .....	507
23.7	Progressão de regime .....	508
23.7.1	Incidente de progressão de regime.....	509
23.7.1.1	Início.....	509
23.7.1.2	Requisito objetivo.....	510
23.7.1.3	Requisito subjetivo.....	514
23.7.1.4	Exame criminológico .....	515
23.7.1.5	Decisão de progressão.....	516
23.7.2	Progressão “por saltos” .....	516
23.7.3	Progressão especial da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência .....	516
23.7.3.1	Revogação do benefício.....	517
23.7.4	Regressão de regime .....	518
23.7.4.1	Praticar fato definido como crime doloso ou falta grave (art. 118, I, da LEP).....	518
23.7.4.2	Nova condenação gerando incompatibilidade de regimes (art. 111 da LEP) .....	521
23.7.4.3	Frustrar os fins da execução ou, podendo, não pagar a multa imposta (art. 118, §1º, da LEP) .....	521
23.7.4.4	Descumprimento dos deveres relativos à monitoração eletrônica (art. 146-C, parágrafo único, I, da LEP) .....	523
23.7.4.5	Regressão “por saltos”.....	524
23.8	Execução provisória da pena.....	524
23.8.1	Histórico .....	524
23.8.2	Execução provisória da pena de réu preso e de réu solto .....	526
23.8.3	Execução provisória da pena no tribunal do júri (art. 492, I, do CPP) .....	528
23.9	Estabelecimentos penais de cumprimento de pena .....	529
23.9.1	Penitenciária.....	529
23.9.2	Colônia penal agrícola, industrial ou similar.....	529
23.9.3	Casa do albergado.....	530
23.9.4	Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	530
23.9.5	Cadeia pública .....	530
23.9.6	Estabelecimentos prisionais na prática .....	530

23.10	Regras dos regimes .....	531
23.10.1	Regras do regime fechado.....	531
23.10.1.1	Estabelecimentos penais de segurança máxima .....	532
23.10.2	Regras do regime semiaberto .....	533
23.10.3	Regras do regime aberto .....	534
23.10.4	Regime especial .....	535
23.10.5	Autorização de saída.....	535
23.10.5.1	Permissão de saída .....	535
23.10.5.2	Saída temporária .....	536
23.11	Direitos e deveres do preso.....	539
23.11.1	Suspensão dos direitos do preso.....	540
23.11.2	Separação de presos (art. 300 do CPP e art. 84 da LEP) .....	541
23.11.3	Deveres do preso.....	542
23.12	Remição de pena .....	543
23.12.1	Remição pelo trabalho .....	544
23.12.2	Remição pelo estudo.....	544
23.12.3	Remição ficta.....	545
23.12.4	Remição pela leitura .....	546
23.12.5	Outras hipóteses de remição .....	547
23.12.6	Perda dos dias remidos .....	547
23.12.7	Abrangência da remição .....	548
23.13	Detração penal.....	549
23.13.1	Detração e regime inicial de cumprimento de pena .....	549
23.13.2	Detração e medida de segurança .....	550
23.13.3	Detração e penas restritivas de direitos .....	550
23.13.4	Detração e penas restritivas de direito do art. 28 da Lei nº 11.343/06 .....	550
23.13.5	Detração e suspensão condicional da pena .....	551
23.13.6	Detração e pena de multa .....	551
23.13.7	Detração penal e prisão em outro processo .....	551
23.13.8	Detração penal e medidas socioeducativas .....	552
23.13.9	Detração e medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP).....	552

## CAPÍTULO 24

### APLICAÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE .....

24.1	Sistemas de individualização da pena .....	555
24.2	Fixação da pena no Código Penal.....	556
24.3	Roteiro de aplicação da pena.....	557
24.4	Fixação da pena-base (1ª fase da aplicação da pena) .....	557
24.4.1	Considerações gerais .....	557
24.4.2	Circunstâncias judiciais.....	560
24.4.2.1	Culpabilidade .....	560
24.4.2.2	Antecedentes.....	561
24.4.2.3	Conduta social .....	563
24.4.2.4	Personalidade .....	564
24.4.2.5	Motivos.....	565
24.4.2.6	Circunstâncias .....	565
24.4.2.7	Consequências do crime .....	566
24.4.2.8	Comportamento da vítima.....	566
24.4.3	Circunstâncias judiciais na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).....	567
24.5	Circunstâncias atenuantes e agravantes (2ª fase da aplicação da pena) .....	569
24.5.1	Considerações gerais .....	569
24.5.2	Circunstâncias agravantes .....	572
24.5.2.1	Reincidência (art. 61, I, do CP) .....	572
24.5.2.1.1	Crimes que não permitem a reincidência .....	574
24.5.2.1.2	Espécies de reincidência.....	575
24.5.2.1.3	Prazo de validade para reincidência (período depurador).....	577
24.5.2.1.4	Natureza jurídica.....	578
24.5.2.1.5	Comprovação da reincidência.....	578
24.5.2.1.6	Outras consequências da reincidência .....	578
24.5.2.2	Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP) .....	579
24.5.2.2.1	Por motivo fútil ou torpe (alínea <i>a</i> ) .....	579
24.5.2.2.2	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (alínea <i>b</i> ).....	579



24.5.2.2.3	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea c).....	580
24.5.2.2.4	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum (alínea d).....	580
24.5.2.2.5	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (alínea e) .....	581
24.5.2.2.6	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea f).....	581
24.5.2.2.7	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea g).....	582
24.5.2.2.8	Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (alínea h).....	582
24.5.2.2.9	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea i).....	583
24.5.2.2.10	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea j).....	583
24.5.2.2.11	Em estado de embriaguez preordenada (alínea l).....	583
24.5.3	Agravantes no caso de concurso de pessoas .....	583
24.5.3.1	Promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes .....	584
24.5.3.2	Coage ou induz outrem à execução material do crime .....	584
24.5.3.3	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal .....	584
24.5.3.4	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa	584
24.6	Atenuantes (arts. 65 e 66 do CP).....	585
24.6.1	Atenuantes genéricas (art. 65 do CP).....	585
24.6.1.1	Ser o agente menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença (inciso I).....	585
24.6.1.2	Desconhecimento da lei (inciso II).....	586
24.6.1.3	Ter o agente .....	586
24.6.1.3.1	Cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral .....	586
24.6.1.3.2	Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano .....	586
24.6.1.3.3	Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima .....	587
24.6.1.3.4	Confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.....	588
24.6.1.3.4.1	Classificações da confissão.....	589
24.6.1.3.4.2	Situações especiais de confissão.....	590
24.6.1.3.5	Cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou .....	591
24.6.2	Atenuante inominada .....	591
24.6.3	Concurso de agravantes e atenuantes .....	592
24.6.4	Agravantes e atenuantes específicas .....	594
24.7	Causas de aumento e diminuição de pena .....	594
24.7.1	Disposições gerais .....	594
24.7.2	Concurso de causas de aumento ou de diminuição.....	595
24.7.3	Critérios para o aumento e diminuição da pena .....	597
24.7.4	Causa de aumento do art. 9º da Lei nº 8.072/90 .....	598

## CAPÍTULO 25

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO.....	599	
25.1	Introdução .....	599
25.2	Espécies .....	600
25.3	Natureza jurídica.....	600
25.3.1	Penas restritivas de direito previstas no art. 28 da Lei de Drogas .....	601
25.4	Duração.....	601
25.5	Requisitos para a substituição .....	602
25.5.1	Requisitos objetivos .....	602
25.5.1.1	Quantidade da pena .....	602
25.5.1.2	Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa .....	603
25.5.2	Requisitos subjetivos .....	604
25.5.2.1	Réu não reincidente em crime doloso .....	604
25.5.2.2	A culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente .....	605

25.6	Substituição de pena no tráfico de drogas.....	605
25.7	Substituição da pena para crimes hediondos e equiparados.....	606
25.8	Substituição de pena nos crimes militares.....	607
25.9	Formas de aplicação das penas restritivas de direitos.....	608
25.10	Momento da substituição da pena.....	608
25.11	Conversão em pena privativa de liberdade (art. 44, §§4º e 5º, do CP).....	609
25.11.1	Conversão obrigatória .....	609
25.11.2	Conversão facultativa .....	610
25.11.3	Pena de multa .....	610
25.11.4	Procedimento da conversão.....	610
25.11.5	O condenado pode escolher qual pena quer cumprir, se a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos?.....	611
25.12	Penas restritivas de direito em espécie.....	611
25.12.1	Prestação pecuniária .....	611
25.12.1.1	Prestação inominada .....	612
25.12.1.2	Prestação pecuniária na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) .....	612
25.12.1.3	Prestação pecuniária nos crimes cometidos contra criança e adolescente.....	613
25.12.1.4	Prestação pecuniária e multa.....	613
25.12.2	Perda de bens e valores (art. 45, §3º) .....	614
25.12.3	Prestação de serviços à comunidade ou outras entidades.....	614
25.12.3.1	Início, formas e comprovação da prestação de serviço à comunidade .....	615
25.12.3.2	Prestação de serviços à comunidade no Código de Trânsito Brasileiro .....	615
25.12.3.3	Prestação de serviços à comunidade na Lei de Crimes Ambientais .....	616
25.12.4	Interdição temporária de direitos .....	617
25.12.4.1	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (art. 47, I, do CP) .....	617
25.12.4.2	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público (art. 47, II, do CP).....	618
25.12.4.3	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo (art. 47, III, do CP) .....	618
25.12.4.4	Proibição de frequentar determinados lugares.....	620
25.12.4.5	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	621
25.12.5	Limitação de final de semana .....	621

## CAPÍTULO 26

PENA DE MULTA.....	623	
26.1	Conceito .....	623
26.2	Critério adotado .....	623
26.3	Aplicação da pena de multa .....	624
26.4	Impossibilidade de dispensa ou isenção da pena de multa.....	625
26.5	Pagamento voluntário da pena de multa .....	625
26.6	Conversão, legitimidade e execução da pena de multa .....	626
26.7	Procedimento para execução da pena de multa .....	627
26.8	Prescrição da pena de multa e causas interruptivas e suspensivas da prescrição...627	
26.9	Não-pagamento da pena de multa e extinção da punibilidade da pena privativa de liberdade .....	628
26.10	Juízo competente para a execução da pena de multa .....	629
26.11	Multa irrisória.....	629
26.12	Suspensão da pena de multa .....	630
26.13	Viabilidade do manejo do <i>habeas corpus</i> contra pena de multa .....	630
26.14	Pena de multa na Lei de Drogas .....	631
26.15	Pena de multa na Lei Maria da Penha.....	632
26.16	Multa nos crimes cometidos contra criança e adolescente.....	632

## CAPÍTULO 27

CONCURSO DE CRIMES.....	633	
27.1	Conceito .....	633
27.2	Sistemas de aplicação da pena .....	633
27.2.1	Sistema do cúmulo material .....	633
27.2.2	Sistema da exasperação.....	634
27.2.3	Sistema da absorção.....	634
27.2.4	Sistema do cúmulo jurídico .....	634

27.3	Espécies.....	634
27.3.1	Concurso material ou real.....	634
27.3.2	Espécies .....	635
27.3.3	Aplicação da pena .....	635
27.3.4	Crimes de reclusão e detenção .....	635
27.3.5	Concurso material entre penas privativas de liberdade e restritivas de direito ...	635
27.3.6	Concurso material entre penas restritivas de direito .....	635
27.3.7	Concurso material e prescrição.....	636
27.4	Concurso formal ou ideal.....	636
27.4.1	Conceito .....	636
27.4.2	Requisitos .....	636
27.4.3	Espécies de concurso formal .....	637
27.4.4	Teorias do concurso formal.....	638
27.4.5	Aplicação da pena no concurso formal.....	638
27.4.5.1	Concurso formal próprio .....	638
27.4.5.2	Concurso formal impróprio.....	639
27.4.5.3	Concurso material benéfico .....	639
27.4.6	Concurso formal e prescrição.....	640
27.5	Crime continuado.....	640
27.5.1	Origem histórica .....	640
27.5.2	Natureza jurídica.....	640
27.5.2.1	Teoria da ficção jurídica (Francesco Carrara).....	641
27.5.2.2	Teoria da realidade ou da unidade real .....	641
27.5.2.3	Teoria mista .....	641
27.5.3	Requisitos .....	641
27.5.3.1	Pluralidade de condutas.....	641
27.5.3.2	Pluralidade de crimes da mesma espécie .....	642
27.5.3.3	Mesmas condições de tempo (conexão temporal).....	642
27.5.3.4	Mesmas condições de local (conexão espacial).....	643
27.5.3.5	Mesmas condições de modo de execução (conexão modal) .....	643
27.5.3.6	Outras circunstâncias semelhantes (conexão ocasional) .....	643
27.5.3.7	Unidade de desígnios.....	644
27.5.3.7.1	Teoria objetivo-subjetiva ou mista.....	644
27.5.3.7.2	Teoria objetiva pura ou puramente objetiva.....	644
27.5.4	Crime continuado e habitualidade delitiva.....	645
27.6	Aplicação da pena .....	646
27.6.1	Crime continuado simples ou comum .....	646
27.6.2	Crime continuado qualificado.....	646
27.6.3	Crime continuado específico .....	646
27.7	Concurso material benéfico .....	647
27.8	Crime continuado e prescrição.....	647
27.9	Crime continuado e superveniência de lei penal mais grave.....	647
27.10	Questões pontuais sobre concurso de crimes .....	647
27.10.1	Suspensão condicional do processo .....	647
27.10.2	Concurso material e acordo de não-persecução penal .....	648
27.10.3	Competência dos juizados especiais e transação penal.....	648
27.11	Concurso de crimes e pena de multa .....	648

## CAPÍTULO 28

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA ( <i>SURSIS</i> ).....		651
28.1	Introdução .....	651
28.2	Natureza jurídica.....	651
28.3	Direito subjetivo do réu ou faculdade do juiz?.....	651
28.4	Momento da aplicação.....	652
28.5	Sistemas .....	652
28.6	Espécies e requisitos .....	653
28.6.1	<i>Sursis</i> simples (art. 77 do CP) .....	653
28.6.1.1	Requisitos .....	653
28.6.1.1.1	Requisitos objetivos .....	653
28.6.1.1.2	Requisitos subjetivos .....	654
28.6.2	<i>Sursis</i> especial .....	654
28.6.3	<i>Sursis</i> etário e humanitário (art. 77, §2º, do CP).....	654
28.7	<i>Sursis</i> na legislação especial.....	655
28.7.1	Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).....	655

28.7.2	Lei de Contravenções Penais .....	655
28.8	Suspensão condicional da pena e crimes hediondos e equiparados .....	655
28.9	Condições da suspensão condicional da pena.....	657
28.10	Período de prova .....	657
28.11	Revogação da suspensão condicional da pena .....	657
28.11.1	Revogação obrigatória (art. 81, I a III).....	657
28.11.2	Revogação facultativa (art. 81, §1º).....	658
28.12	Revogação e cassação da suspensão condicional da pena .....	659
28.13	Prorrogação do período de prova.....	659
28.14	Extinção da punibilidade .....	659

## CAPÍTULO 29

### LIVRAMENTO CONDICIONAL (ART. 83 DO CP E ART. 131 E SEQUINTE DA LEP)

	661	
29.1	Conceito e natureza jurídica .....	661
29.2	Sistema progressivo.....	662
29.3	Pacote Anticrime .....	662
29.4	Diferenças entre o livramento condicional e o <i>sursis</i> .....	662
29.5	Requisitos do livramento condicional.....	662
29.5.1	Requisitos objetivos .....	662
29.5.1.1	A pena imposta deve ser privativa de liberdade.....	662
29.5.1.2	A pena concreta a ser cumprida deve ser igual ou superior a 2 anos .....	663
29.5.1.3	Cumprimento de parcela da pena .....	663
29.5.1.4	Reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo.....	666
29.5.1.5	Não cometimento de falta grave nos últimos 12 meses.....	666
29.5.1.5.1	A prática de falta grave interrompe o prazo para o livramento?.....	666
29.5.2	Requisitos subjetivos .....	667
29.5.2.1	Comportamento carcerário satisfatório .....	667
29.5.2.2	Bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído .....	667
29.5.2.3	Aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto .....	668
29.5.2.4	Condições pessoais que façam presumir que o condenado não voltará a delinquir .....	668
29.6	Processamento: Lei nº 10.792/03 .....	668
29.7	Audiência admonitória.....	669
29.8	Período de prova .....	669
29.9	Condições .....	670
29.10	Revogação do livramento condicional .....	670
29.10.1	Revogação obrigatória .....	670
29.10.2	Revogação facultativa (art. 87 do CP) .....	671
29.11	Prorrogação do livramento condicional (art. 89 do CP).....	672
29.12	Extinção (art. 90 do CP).....	673

## CAPÍTULO 30

### EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....

30.1	Efeitos principais.....	675
30.2	Efeitos secundários de natureza penal.....	675
30.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal.....	676
30.3.1	Efeitos genéricos.....	676
30.3.1.1	Obrigação de reparar o dano (art. 91, I, do CP).....	676
30.3.1.2	Confisco (art. 91, II, <i>a e b</i> , do CP).....	677
30.3.1.2.1	É possível que o confisco seja realizado após a sentença? .....	678
30.3.1.2.2	E se o produto ou proveito não for encontrado para decretação do perdimento?... 678	
30.3.1.2.3	Limitação do confisco .....	678
30.4	Confisco alargado (art. 91-A do CP).....	678
30.4.1	Natureza jurídica do artigo 91-A do Código Penal.....	679
30.4.2	Gerações do confisco.....	680
30.4.3	Objetivo do art. 91-A, <i>caput</i> , do Código Penal .....	680
30.4.4	Requisitos do confisco alargado.....	681
30.4.4.1	Pena máxima em abstrato superior a 6 anos de reclusão .....	681
30.4.4.2	Conceito de patrimônio do condenado.....	681
30.4.4.3	Possibilidade de comprovação da licitude do patrimônio.....	682
30.4.4.3.1	Violação ao princípio da inocência (inversão do ônus da prova) .....	682
30.4.4.4	Art. 13 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) .....	683
30.4.4.5	Pedido expresso do Ministério Público.....	683

30.4.4.6	Decisão do juiz .....	684
30.4.4.7	Crimes praticados por organizações criminosas e milícias .....	684
30.5	Efeitos específicos da condenação .....	685
30.5.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	685
30.5.1.1	Cargo, função pública e mandato eletivo .....	686
30.5.1.2	Mandato eletivo.....	686
30.5.1.3	Cargo vitalício.....	687
30.5.1.4	A perda deve ser do mesmo cargo ou se estende a novos cargos?.....	688
30.5.1.5	Pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos e condenação a pena de multa .....	688
30.5.2	A incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente ou contra tutelado ou curatelado.....	688
30.5.3	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso .....	688
30.6	Outros efeitos secundários extrapenais previstos em outras leis .....	689
30.6.1	Suspensão dos direitos políticos .....	689
30.6.2	Lei nº 7.716/89 (preconceito racial) .....	689
30.6.3	Rescisão contratual.....	689
30.6.4	Lei de Drogas.....	689
30.6.5	Lei de Falências.....	689
30.6.6	Lavagem de dinheiro .....	689
30.6.7	Tortura .....	690
30.6.8	Redução à condição análoga de escravo.....	690
30.6.9	Organização criminosa.....	690
30.6.10	Crimes contra a propriedade intelectual .....	690
30.6.11	Lei de Licitações .....	690
30.6.12	Telecomunicações (Lei nº 9.472/97).....	690

## CAPÍTULO 31

REABILITAÇÃO .....	691	
31.1	Conceito .....	691
31.2	Pressuposto da reabilitação .....	691
31.3	Efeitos da reabilitação.....	691
31.4	Requisitos da reabilitação .....	691
31.5	Pedido .....	692
31.6	Reabilitação parcial.....	692
31.7	Indeferimento do pedido de reabilitação e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> .....	692
31.8	Revogação .....	692
31.9	Recurso .....	693
31.10	Prescrição.....	693
31.11	Reabilitação e reincidência.....	693
31.12	Reabilitação e pagamento da pena de multa .....	693
31.13	Reflexos jurídicos do art. 202 da LEP .....	694
31.14	Efeitos práticos da reabilitação .....	694

## CAPÍTULO 32

MEDIDAS DE SEGURANÇA .....	695	
32.1	Conceito .....	695
32.2	Princípios das medidas de segurança .....	695
32.3	Finalidade das medidas de segurança .....	696
32.4	Distinções entre a pena e a medida de segurança .....	696
32.4.1	Finalidade.....	696
32.4.2	Duração.....	696
32.4.3	Pressupostos .....	696
32.4.4	Juízo.....	697
32.4.5	Destinatários .....	697
32.5	Sistemas de aplicação da medida de segurança .....	697
32.6	Pressupostos cumulativos para aplicação da medida de segurança.....	697
32.7	Periculosidade do agente .....	697
32.7.1	Conceito.....	697

32.7.2	Espécies de periculosidade .....	698
32.8	Destinatários da medida de segurança .....	698
32.9	Espécies de medidas de segurança .....	699
32.10	Critério de escolha entre a internação e o tratamento ambulatorial.....	699
32.11	Início do cumprimento .....	699
32.12	Perícia médica .....	699
32.13	Medida de segurança preventiva.....	700
32.14	Duração da medida de segurança .....	700
32.15	Persistência da periculosidade após o prazo máximo da medida de segurança...	700
32.16	Conversão da medida de segurança no curso do cumprimento de pena.....	701
32.17	Extinção da punibilidade .....	701
32.18	Desinternação ou liberação condicional .....	701
32.18.1	Alta progressiva .....	702
32.18.2	Reinternação .....	702
32.19	Direitos do internado.....	702
32.20	Segregação em estabelecimento prisional .....	702
32.21	Prescrição das medidas de segurança .....	703
32.21.1	Prescrição para os semi-imputáveis .....	703
32.21.2	Prescrição para os inimputáveis .....	703
32.22	Concessão de graça e indulto na medida de segurança .....	703
32.23	Detração.....	704
32.24	Medidas de segurança na Lei de Drogas.....	704
32.25	Adolescente infrator e medidas de segurança .....	705
32.26	Medida de segurança em 2ª instância .....	705

### CAPÍTULO 33

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....		707
33.1	Morte (art. 107, I, do CP).....	707
33.1.1	Momento da morte .....	708
33.1.2	Consequências jurídicas .....	708
33.1.3	Extensão .....	708
33.1.4	Comprovação da morte.....	708
33.1.5	Extinção da punibilidade mediante certidão de óbito falsa.....	708
33.1.6	Morte presumida.....	708
33.1.7	Morte do agente e revisão criminal .....	709
33.1.8	Morte da vítima e extinção da punibilidade .....	709
33.2	Anistia, graça e indulto .....	709
33.2.1	Anistia.....	710
33.2.1.1	Conceito.....	710
33.2.1.2	Efeitos.....	710
33.2.1.3	Classificação.....	710
33.2.1.4	A lei que concedeu a anistia pode ser revogada?.....	711
33.2.1.5	Caso Gomes Lund (“Guerrilha do Araguaia”) e a Lei nº 6.683/79 (Lei de Anistia) .....	711
33.2.2	Graça e indulto .....	713
33.2.2.1	Efeitos.....	713
33.2.2.2	Extensão da graça e do indulto .....	713
33.2.2.3	Momento da concessão .....	714
33.2.2.4	Classificação.....	714
33.2.2.5	Indulto e graça para os crimes hediondos e equiparados.....	714
33.2.2.6	Graça e indulto e medida de segurança.....	715
33.2.2.7	Falta grave .....	715
33.2.2.8	Decisão judicial.....	715
33.2.2.9	Detração para fins de cômputo do prazo para indulto .....	715
33.2.2.10	Quadro resumo.....	716
33.3	<i>Abolitio criminis</i> .....	716
33.4	Decadência (art. 103 do CP e art. 38 do CPP).....	717
33.4.1	Conceito.....	717
33.4.2	Prazo decadencial.....	717
33.4.3	Termo inicial para contagem do prazo .....	717
33.4.4	Prazo decadencial da vítima menor de 18 anos.....	718
33.4.5	Cômputo do prazo.....	718
33.4.6	Prazo decadencial para requisição do Ministro da Justiça .....	718
33.5	Perempção .....	718

33.5.1	Conceito .....	718
33.5.2	Hipóteses de perempção .....	718
33.5.3	Observações finais sobre perempção .....	720
33.6	Renúncia .....	720
33.6.1	Conceito .....	720
33.6.2	Extensão da renúncia .....	720
33.6.3	Momento .....	720
33.6.4	Aspectos formais da renúncia .....	720
33.6.5	Recebimento de indenização e renúncia tácita .....	721
33.6.6	Renúncia e concurso de agentes .....	721
33.6.7	Renúncia e pluralidade de vítimas .....	721
33.7	Perdão do ofendido.....	721
33.7.1	Conceito .....	721
33.7.2	Extensão.....	721
33.7.3	Momento .....	721
33.7.4	Pluralidade de vítimas e incomunicabilidade do perdão .....	721
33.7.5	Diferenças entre renúncia e perdão .....	722
33.8	Retratação do agente.....	722
33.8.1	Renúncia ao direito de queixa.....	722
33.9	Perdão judicial .....	722
33.9.1	Crimes em que é possível a concessão do perdão judicial.....	723
33.10	Extinção da punibilidade e crimes conexos .....	726
33.11	Momento da extinção da punibilidade.....	726

#### CAPÍTULO 34

PRESCRIÇÃO .....	727	
34.1	Conceito .....	727
34.2	Natureza jurídica.....	727
34.3	Fundamento da prescrição .....	727
34.4	Hipóteses de imprescritibilidade.....	727
34.4.1	Imprescritibilidade por meio de lei .....	728
34.4.2	Imprescritibilidade por meio da jurisprudência .....	728
34.4.3	A tortura é crime imprescritível?.....	728
34.5	Parâmetros da prescrição (art. 109 do Código Penal) .....	729
34.6	Espécies de prescrição .....	729
34.6.1	Prescrição da Pretensão Punitiva.....	730
34.6.1.1	Prescrição da Pretensão Punitiva (PPP) em abstrato ou propriamente dita .....	730
34.6.1.2	Regras para o cálculo.....	730
34.6.1.3	Redutores do prazo prescricional (art. 115 do CP).....	731
34.6.1.4	Consequências da prescrição.....	731
34.6.1.5	Natureza jurídica da decisão que reconhece a prescrição .....	732
34.6.1.6	Termo inicial da prescrição .....	732
34.6.1.7	Causas interruptivas da prescrição .....	733
34.6.2	Prescrição da Pretensão Punitiva (PPP) retroativa.....	736
34.6.2.1	Características da PPP retroativa .....	736
34.6.3	Prescrição da Pretensão Punitiva (PPP) superveniente ou intercorrente .....	737
34.6.3.1	Características.....	737
34.6.4	Prescrição da Pretensão Punitiva (PPP) virtual, em perspectiva, por prognose ou antecipada.....	737
34.6.5	Prescrição da Pretensão Executória (PPE).....	738
34.6.5.1	Início do prazo prescricional da PPE .....	738
34.6.5.2	Causas interruptivas da PPE (art. 117, V e VI, do CP).....	739
34.6.5.3	Efeitos do reconhecimento da prescrição .....	739
34.6.5.4	Comunicabilidade das causas interruptivas .....	740
34.6.5.5	Causas suspensivas da prescrição (art. 116 do CP).....	740
34.6.5.5.1	Hipóteses de causas suspensivas da Prescrição da Pretensão Punitiva.....	741
34.6.5.5.2	Hipótese de causa suspensiva da prescrição da pretensão executória .....	742
34.6.5.5.3	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição .....	742
34.7	Repercussão geral e sobrestamento dos processos (arts. 1037 e 1035 do novo CPC).....	743
34.8	Prescrição das medidas de segurança .....	743
34.9	Prescrição das medidas socioeducativas .....	744
34.10	Prescrição das penas restritivas de direito .....	744
34.11	Prescrição da pena de multa.....	744
34.12	Prescrição no concurso de crimes .....	745